



Resumo:

As reverberações dos movimentos emancipacionistas ecoariam para além da década de 1820 nas memórias sociais, imaginários coletivos e/ou construtos identitários brasileiros. Neste trabalho, pretende-se traçar uma breve análise triangulando o papel político protagonizado pela primeira geração diplomática, as configurações iniciais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (1822- 1831) e a elaboração do Estado monárquico brasileiro durante o governo de D. Pedro I, considerando as nuances e os construtos políticos-culturais no limiar dos três elementos supracitados. Naquela época, o governo imperial recém-instaurado se consolidava aos poucos e, em meio a sua elaboração, criou-se uma pasta para cuidar dos negócios estrangeiros. Em 1823, essa pasta transformou-se na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, que tinha por atribuições conquistar o reconhecimento externo da independência brasileira e, consecutivamente, de outros assuntos ligados às relações internacionais. Foi no seio desta secretaria que surgiu a primeira geração de diplomatas do Brasil. Encarregados de negócios, ministros plenipotenciários, cónsules tanto quanto os ministros responsáveis pela Secretaria de Estados dos Negócios Estrangeiros ao longo do Primeiro Reinado formavam a primeira geração diplomática. Este grupo de homens independentistas teve de lidar com a novidade política que surgia no Brasil e traçou ao longo dos anos um percurso político relevante para as configurações adquiridas pelo estado imperial brasileiro após os acontecimentos de 1822; afinal, foi a partir destes membros da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros que a política externa brasileira foi levada a outros países. Aliás, essa secretaria e seus membros teriam desempenhado um papel relevante na cristalização do estado monárquico brasileiro e na criação de uma diplomacia do Brasil. Assim sendo, lançamos mão de reflexões sobre o protagonismo desta primeira geração diplomática dentro da supracitada Secretaria frente ao ensejo de se solidificar o Império brasileiro, mensurando, em nossa análise, o lugar dos imaginários coletivos políticos, das movimentações políticas à época e o papel/poder das ideias. Esta pesquisa se embasa em documentos da época articulados com referências bibliográficas.

Percursos políticos independentistas: a primeira geração diplomática, o Império brasileiro e os negócios externos (1822 - 1831)

Abner Neemias da Cruz¹

Os ecos das movimentações independentistas no Brasil, na década de 1820, haveriam de reverberar na posteridade nos imaginários coletivos, memórias, na cultura política e/ou em narrativas identitárias brasileiras. Temos por escopo trazer à baila reflexões relacionadas à primeira geração diplomática do Império Brasileiro no período pós-independência, além de construções político-culturais imaginadas e protagonizadas por estes. Dividimos o texto em duas partes: primeiro apresentaremos nossos protagonistas, a instituição e movimentações na

¹ Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista – "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP (FCHS – Franca), desenvolve a pesquisa "Matrizes Políticas do Império Brasileiro: a primeira geração diplomática e a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (1822 – 1831)" que é orientada pela professora Dra. Marisa Saenz Leme. Tem a pesquisa de doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES.



qual estavam inseridos na época; na segunda parte, pensaremos nas elaborações político-culturais articuladas por estes e possíveis desdobramentos ligados a processos políticos que englobam questões de um imaginário coletivo. Feitas as devidas considerações, partimos para o foco inicial de nossa proposta: a primeira geração diplomática e a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e a primeira geração diplomática

Mais que obter reconhecimento estrangeiro, perscrutar veredas diplomáticas e estabelecer relações com outros países, a primeira geração de membros da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros lidou com o ensejo de cristalizar o jovem Império Brasileiro a partir dos idos de 1822. Naquele momento, o governo monárquico do Brasil, sediado no Rio de Janeiro e sob a égide de D. Pedro I, se organizava aos poucos envolto em embates, pressões estrangeiras, conflagrações internas, ou seja, imíscuido num denso cenário político. Nesse ínterim, entende-se que o papel desempenhado pela primeira geração diplomática foi relevante para as configurações que o Estado brasileiro adquiriu no período, afinal foi através destes homens que os negócios estrangeiros do novo governo se consolidaram.

Entende-se por primeira geração diplomática o grupo de homens ligados à pasta dos negócios estrangeiros do Império Brasileiro desde os auspícios da emancipação, por volta de 1822, até a queda do governo de D. Pedro I, em abril de 1831, que significou a destituição e reconfiguração da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e seus membros. Incluem-se nesse grupo os ministros que presidiram esta instituição, encarregados de negócios, cônsules e ministros plenipotenciários que se encontravam em diversas localidades (espalhados pelos continentes americano, europeu e africano) além do imperador D. Pedro I². De um modo geral, esse grupo era formado por apoiadores da causa independentista

² D. Pedro I nasceu em Portugal em fins do século XVIII. Herdeiro do trono português, viera junto à corte portuguesa em 1808 para o Brasil. Anos depois, em 1821, quando D. João VI retornara à Portugal, o então príncipe regente do Brasil, Pedro de Alcântara, haveria de participar dos movimentos que levariam à emancipação política brasileira, tornando-se o imperador D. Pedro I em 1822. Em 1831, abdicara-se do trono brasileiro e retornara à Portugal, tendo seu regresso marcado o fim do que entendemos como Primeiro Reinado (1822 – 1831). Morreu em 1834 na cidade do Porto. Opta-se por incluir D. Pedro I nessa primeira geração diplomática por entendermos que este participara ativamente nas tomadas de decisões e indicações de membros; estava a par do que se passava na pasta; a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros estava localizada no paço imperial – centro de "poder" imperial – localidade onde D. Pedro I estava sempre presente; a dissolução de seu governo, em 1831, modificou a pasta dos negócios externos.



brasileira, sendo que uma parcela significativa privava de certa proximidade do imperador.

Entre 1822 a 1831, os negócios estrangeiros estiveram sob a responsabilidade de nove ministros em diferentes momentos. José Bonifácio de Andrada³ foi o primeiro deles, quando a pasta das "questões externas" ainda estava atrelada à Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. Posteriormente, o cargo de ministro esteve sob os cuidados do: Marquês de Santo Amaro⁴, Marquês de Caravelas⁵, Visconde de Paranaguá⁶ e por fim, às mãos do Marquês de Queluz⁷. Em fins de 1823, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros surgiu após a sua antecessora ter sido desmembrada. Nomeou-se o Visconde de Cachoeira para o cargo de ministro⁸ e, consecutivamente, a pasta retornou ao controle do Visconde de Paranaguá. O Marquês de Santo Amaro, Visconde de Inhambupe, Marquês de Aracaty, Marquês de Abrantes também haveriam de ocupar o cargo nos anos subsequentes, sendo que, por fim, em 1831, Francisco Carneiro de Campos ocupou o ministério. Nota-se que ao longo de nove anos, a pasta destinada a cuidar dos negócios externos esteve sob a responsabilidade de nove homens, em diferentes momentos, sendo que, por dezessete vezes houve remanejamento destes no cargo de chefe da pasta dos negócios estrangeiros.

Sobre estes homens que estiveram a frente deste ministério - entre 1822 a 1831 – é possível afirmar que faziam parte de um clã de apoiadores de D. Pedro I. Inseridos em altos cargos políticos durante o governo joanino, eles aderiram aos movimentos emancipacionistas,

³ José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em Santos, na última metade do século XVIII. Estudou em Coimbra e ocupou cargos no governo lusitano. Apoiou os movimentos independentistas, tendo sido um dos articuladores do projeto político de criação de uma monarquia centrada na figura de D. Pedro I. Foi ministro da Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros entre 1822 e 1823. Morreu em 1838.

⁴ José Egídio Alvares de Almeida, o Marquês de Santo Amaro, nasceu na Bahia em 1767. Era advogado e desde os primórdios dos movimentos emancipacionistas estivera ao lado do grupo que defendia a centralidade de um governo imperial brasileiro. Além de ministro da Secretaria de Estado dos Negócios do Império e estrangeiros e, posteriormente, ministro da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros foi também senador durante o Primeiro Reinado. Morreu em 1832.

⁵ José Joaquim Carneiro de Campos nasceu na Bahia, em 1768, tendo ido na mocidade estudar em Coimbra. Ocupou cargos na administração joanina. Durante o governo de D. Pedro I foi ministro da Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros, em 1823. Morreu em 1836.

⁶ Francisco Vilela Barbosa era originário do Rio de Janeiro, tendo nascido em 1769. Estudou em Coimbra e foi major durante o período joanino. No Império brasileiro, além da pasta dos negócios estrangeiros, também ocupou o cargo de ministro da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, Guerra e da Marinha. Morreu em 1846.

⁷ João Severiano Maciel da Costa nasceu em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. Estudou em Coimbra e foi desembargador nos tempos de D. João VI. Durante o Primeiro Reinado foi ministro da Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros, tempos depois também chefiou a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

⁸ Luis José de Carvalho e Melo, nascido em 1764, era originário da Bahia (Primeiro Visconde de Cachoeira). Foi Ministro da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros no Primeiro Império, conselheiro e senador. Morreu em 1826.



no começo da década de 1820, participaram nos jogos políticos que culminaram na independência política do Brasil e contribuíram para a cristalização do governo de D. Pedro I tal qual configurou-se.

No que diz respeito a outros cargos na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, ou seja, cônsules, ministros plenipotenciários e encarregados de negócios, encontramos um grupo de origens variadas, porém, de um modo geral, apoiadores dos movimentos independentistas de 1822, que, em sua maioria, haviam ocupado cargos no governo lusitano – funções que não estavam relacionadas com as questões diplomáticas. Entre eles, encontrava-se Caldeira Brant Pontes⁹, o então representante brasileiro perante o governo inglês; o decano da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, Gameiro Pessoa¹⁰, membro da legação do Brasil na França e, posteriormente, nomeado representante na Inglaterra; Silvestre Rebello¹¹, que era encarregado dos negócios brasileiros nos Estados Unidos; Câmara Correa, que foi enviado às Províncias Unidas do Prata em 1823; o diplomata Borges de Barros que representou o Brasil em Paris¹²; Jorge Antônio Schaefer¹³, diplomata brasileiro perante os estados alemães; Mello Mattos - diplomata imperial no Grão Ducado de Mecklemburgo-Schwerin; e, por fim, o Telles da Silva¹⁴ que foi diplomata perante o Império Austríaco¹⁵.

Repara-se que tanto entre os ministros responsáveis pela pasta, quanto o restante do corpo diplomático, não tinham vasta experiência nos tratos diplomáticos, apesar de terem em sua maior parte ocupado cargos no aparato administrativo joanino. Porém, algumas considerações precisam ser feitas neste quesito: D. Pedro I, alçado imperador do novo

⁹ Felisberto Caldeira Brant Pontes (Marquês de Barbacena) era brasileiro, todavia, durante o governo de D. João VI - no Rio de Janeiro - foi tenente-coronel do exército lusitano. Posteriormente, haveria de se tornar representante do Brasil na Inglaterra.

¹⁰ Gameiro Pessoa (Barão de Itabaiana) nasceu na Bahia e era uma excessão dentro da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, afinal, havia pertencido à pasta dos negócios estrangeiros de Portugal, tendo representado D. João VI no Congresso de Viena.

¹¹ Silvestre Rebello nasceu em fins do século XVIII em Portugal e migrou para o Brasil ainda moço. Tornou-se comerciante no Rio de Janeiro e, posteriormente, foi inserido à administração pública portuguesa. Anos mais tarde, durante o Primeiro Reinado, haveria de se tornar representante do Brasil nos Estados Unidos, entre 1824 a 1829. Morreu em 1844.

¹² Domingos de Borges de Barros (Barão e Visconde da Pedra Branca) pertencera a uma abastada família da Bahia. Estudou em Coimbra e foi membro da administração pública no período joanino.

¹³ Jorge Antônio Schaefer era um médico, originário da Bavária, todavia, ao vir para terras brasílicas, tornou-se protegido da imperatriz Leopoldina e foi inserido na pasta dos negócios estrangeiros como representante do Brasil perante os "estados alemães".

¹⁴ Antônio Telles da Silva era lusitano, ligado à nobreza. Apoiador da nova monarquia instaurada no Brasil foi enviado à Áustria.

¹⁵ Dado o caráter inicial da pesquisa, por hora, trabalhamos apenas com uma parcela do corpo diplomático que possuía certo destaque no período, sendo que, outros homens fizeram parte desta secretaria. Conforme a pesquisa de doutoramento for sendo desdobrada alargaremos as análises para outros membros desta instituição.



império, havia crescido numa corte real e vivera desde a infância rodeado de representantes de outros governos e de uma classe diplomática. Ele possuía noções relacionadas aos negócios externos, além disso, conforme salientou Oliveira Lima, muitos membros desta primeira geração diplomática, apesar de inexperientes nos assuntos externos haviam vivido no Rio de Janeiro, uma cidade que, desde 1808, abrigara legações estrangeiras de diversos países e que havia sido palco de negociações diplomáticas no governo de D. João VI. Nesse sentido, nos parece adequada a concepção de Emília Viotti da Costa sobre a primeira geração burocrata imperial.

"A primeira tarefa dos homens que assumiram o poder depois da Independência foi substituir as instituições coloniais por outras mais adequadas a uma nação independente. Não se tratava de homens inexperientes que enfrentavam pela primeira vez problemas relacionados com política e administração. Eram na sua maioria, homens de mais de cinquenta anos, com carreiras notáveis de servidores públicos, que haviam desempenhado vários cargos a serviço da Coroa Portuguesa [...]" (COSTA, 2007)

A assertiva de Costa é válida para entendermos a instituição em questão, no entanto, apesar da experiência dos homens que compuseram a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros em cargos burocráticos da Coroa Portuguesa, nota-se que a sua maior parte não ocupara atividades relacionadas à diplomacia durante o período joanino. A experiência diplomática portuguesa influenciou os independentistas parcialmente, pois as heranças que carregavam haveriam de ser mescladas com experimentações diplomáticas, as concepções ligadas à nova política externa e a nova ordem constitucional. Neste ínterim, é preciso perscrutar o funcionamento desta Secretaria, a política externa do Primeiro Reinado e as demandas diplomáticas ligadas às novidades políticas do início da década de 1820.

O projeto político que alçara D. Pedro I ao trono do recém-instaurado Império Brasileiro fora encabeçado principalmente por setores das elites das principais províncias da região sul¹⁶ do Brasil (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Apesar de não ser uníssono entre os brasileiros e encontrar alguns focos de resistência, o projeto foi vitorioso e deu origem a um governo monárquico que mantinha a centralidade política do novo país na cidade do Rio de Janeiro. Ao forjar um novo governo, algumas medidas foram tomadas pelos que ocuparam o poder onde se destacou a resistência às forças portuguesas, são elas: contenção de

¹⁶ Utilizamos aqui uma concepção da época: a divisão de províncias do norte e sul.



movimentações internas contrárias aos interesses do Império Brasileiro; obtenção do controle fiscal e bélico e, por fim, o estabelecimento de laços diplomáticos com outros Estados.

No que diz respeito a esta última medida, desde as primeiras movimentações emancipacionistas, em 1822, as tentativas de diálogo com outros países se fizeram presentes, vide o *Manifesto de 6 de agosto de 1822 às Nações Amigas* e as experiências brasileiras iniciais de representação diplomática na França e Inglaterra. Entrementes, apenas em fins de 1823, após as primeiras "cristalizações políticas" do Império Brasileiro, em meio à organização burocrática do novo governo que a pasta dos negócios estrangeiros ganhou autonomia ao ser fundada a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Na prática, a redivisão burocrática no seio do governo, não alterava dois elementos relevantes no que diz respeito ao ministério dos negócios estrangeiros: o então palácio do Rio de Janeiro (*paço imperial*) continuava sendo a morada da pasta dos negócios externos, como também a participação de D. Pedro I nas questões internas não havia sido alterada.

Neste período, mais precisamente em 1824 e 1825, a política externa de D. Pedro I adquiriu características que continuariam presentes pelo restante do Primeiro Reinado: *o foco estava na solidificação do Estado Imperial Brasileiro*. Em busca da desejada cristalização do império, missões diplomáticas para os principais estados da Europa e para os Estados Unidos ganharam folêgo. Foi nessa época que a missão diplomática brasileira nos Estados Unidos da América, em 1824, conquistou o reconhecimento da autonomia política brasileira por parte do governo do estadunidense James Monroe. O reconhecimento estadunidense da independência brasileira no Brasil foi bem recebido (BANDEIRA, M. 2006) e precedeu o reconhecimento dado por Portugal, em 1825, – ainda que adquirido através de concessões e sob a interferência inglesa (PANTALEÃO, O. 1965). Se durante os primeiros anos do governo de D. Pedro I havia a busca de reconhecimentos estrangeiros que legitimassem o Império Brasileiro, a partir de 1826, as contínuas assinaturas de acordos, pactos e tratados com variegados países deram prosseguimento à política externa de solidificação do Primeiro Reinado (BUENO, C. CERVO, A. 1992).

A diplomacia brasileira do período teve por norte executar a política externa imperial e coube aos diplomatas colocar em prática os delineamentos desta, ao passo que também contribuíam para o surgimento da estrutura diplomática no exterior e, consecutivamente, criação de um setor da máquina estatal brasileira. As primeiras missões desembocaram na criação de legações brasileiras no exterior e ampliação destas estruturas ao longo dos anos.



Inicialmente nas principais capitais econômicas e políticas do mundo oitocentista, logo as legações brasileiras se multiplicariam conforme os laços com os novos países eram estabelecidos e os tratados de amizade e comércio firmados.

Conforme eram criadas novas legações e dado o caráter "experimental" das missões, o corpo diplomático partícipe nessa instituição envolvia-se não só nos processos internos de sistematização de rotinas, organização burocrática como também no diálogo com outros Estados. Vide o exemplo da legação brasileira nos Estados Unidos da América. Enviado aos Estados Unidos em 1824, Silvestre Rebello, além de representar o Brasil perante o governo de James Monroe, também estava envolvido na criação de uma estrutura diplomática e fiscalização alfandegária nos portos dos Estados Unidos dos navios que partiam para o Brasil. Além disso, vale ressaltar que a circulação de mensagens entre governo central brasileiro e Silvestre Rebello em Washigton demorava meses, o que levava o diplomata a tomar decisões por vezes antecedentes às ordens brasileiras. Ao chegar em 1824, Rebello estava sozinho na missão; contudo, em fins da década de 1820, ao retornar ao Brasil, a legação brasileira nos Estados Unidos possuía, além do Encarregado de Negócios, um secretário, um cônsul geral e diversos vice-cônsules (CRUZ, A. N. 2015). O caso citado acima não é uma exceção, tendo em vista o alargamento da estrutura diplomática brasileira entre 1822 a 1831.

Feitas as considerações precedentes, chegamos ao eixo central de reflexão deste trabalho: o entrecruzar entre Estado Imperial Brasileiro que estava sendo gestado, a criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e a primeira geração diplomática.

Reverberações políticas: a instituição e os homens

Partindo da premissa de que as culturas políticas podem ser um “ poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo” (RÉMOND, R. 2003) conforme sugeriu o historiador René Rémond, perguntamo-nos se as práticas políticas da primeira geração diplomática, conjuntamente com seus valores, projetos, conflitos podem ser entendidas como reverberações políticas específicas deste grupo.

Recém-fundada, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros teve no cerne de sua primeira composição homens de uma elite letrada brasileira onde destacava-se um número considerável de membros que haviam sido coimbrões e/ou partilhavam de preceitos ligados à ilustração. Por hora, acreditamos que esse grupo diplomático a partir de lógicas coletivas



imaginadas deu legitimidade ao poder instaurado através da busca pelo reconhecimento externo e deu bases à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros ao passo que inventou uma forma de organizar a supracitada secretaria. A premissa anterior parece plausível na medida em que levamos em consideração os argumentos de Baczko:

“Qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder... a legitimidade do poder é um bem particularmente raro e asperamente disputado. Constitui, muito em especial, o objeto dos conflitos e lutas entre dominantes e dominados. O poder estabelecido protege a sua legitimidade contra aqueles que a atacam, quanto mais não seja pondo-a em dúvida. Imaginar uma contra-legitimidade, um poder fundado numa legitimidade diferente daquela que se reclama a dominação estabelecida, é um elemento essencial do ato de pôr em causa a legitimidade do poder. Estes conflitos só são “imaginários” no sentido em que tem por objeto o imaginário social, ou seja, as relações de força no domínio do imaginário coletivo, e em que exigem a elaboração de estratégias adaptadas as modalidades específicas desses conflitos”

A primeira geração diplomática lidou diretamente com a materialização de um discurso de "legitimidade" do novo governo brasileiro a partir da criação de laços com outros países. Nesse sentido, o papel dos diplomatas nos parece significativo dentro da composição do novo estado e suas ações, práticas e discursos entrelaçam um imaginário à *práxis* política. Acreditamos, por hora, que existiram ecos políticos específicos da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da primeira geração diplomática. Nesse ínterim, salientamos nuances da instituição como a criação de uniformes com as cores do Império recém-fundado; os documentos internos (circulares) enviados pelos ministros para as legações estrangeiras que não apenas informavam, mas, por vezes, "promoviam os feitos" do Império e, até mesmo, a retórica diplomática utilizada nas negociações com outros Estados.

Notamos, ao longo dessas pesquisas iniciais, possibilidades de análise das práticas coletivas engendradas no seio da Secretaria de Negócios Estrangeiros do Brasil atreladas tanto ao surgimento do Império Brasileiro e sua constituição, quanto às movimentações políticas da década de 1820. Vieram à baila algumas problemáticas e possíveis caminhos ligados à organização da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e ao protagonismo da primeira geração diplomática que ainda hão de ser examinados com profundidade ao longo do desenvolvimento deste trabalho de doutorado. De todo modo, a temática nos fornece um rico campo de possibilidades de pesquisa histórica; são, portanto, novos caminhos.



Referências:

- BACZKO, B. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol.5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- BANDEIRA, L. A. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 57
- BRASIL. **Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos, e Nações Amigas. (Manifesto de 6 de Agosto de 1822 às Nações Amigas)**. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1822.
- BETHELL, L. O Brasil no Século XIX: parte do “império informal britânico”? In: CARVALHO, J. M. CAMPOS, A. P. (Org.). **Perspectivas da Cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.
- COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 2007.
- CRUZ, A. N. **As práticas políticas se Silvestre Rebello: um diplomata brasileiro nos Estados Unidos da América (1824-1829)**. Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2015.
- LYRA, H. **História Diplomática e Política Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1941.
- MACAULAY, N. **Dom Pedro: A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal 1798 –1834**. Rio de Janeiro, Record, 1993.
- MENEZES. **Ideologia, Mentalidades e Imaginário**. In: Anos 90. Revista do Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V.6, n. 10, Porto Alegre, 1998.
- PANTALEÃO, O. O Reconhecimento do Império. In: Holanda, S. B. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. III, 1965.
- REMOND, R. Uma história Presente In: REMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Ed. FGV, 2003.
- Sítio virtual: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/panteao/Dados_biograficos.htm
Acesso em: 20 de Março de 2017.